



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 020/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2014 – CISGA REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2014

O **MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Itália, nº 474, Bairro Centro, na cidade de Santa Tereza, CEP 95715-000, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob nº 91.987.719/0001-13, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. Diogo Segabinazzi Siqueira, portador do CPF nº 821601980-72 e da CI nº 607842284, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **MODELO PNEUS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco, 56, Planalto, na cidade de Bento Gonçalves/RS, CEP 95700-000, inscrita no CNPJ sob nº 94.510.682/0001-26, doravante denominada CONTRATADA, ajustam o contrato de fornecimento do objeto abaixo descrito, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Resolução do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Serra Gaúcha – CISGANº 02, de 04 de maio de 2012, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comumente pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

O presente Contrato tem como objeto o fornecimento de PNEUS, conforme preço e itens abaixo descritos:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UN	QUANT	MARCA/MODELO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
9	Pneu 1000, diâmetro interno 20, construção radial, índice de carga 146, tendo no mínimo 16 lonas, com sulco de no mínimo 15,5mm, desenho direcional misto, para caminhões	un	08	FIRESTONE/ T-819	1.062,00	8.496,00
10	Pneu 1000, diâmetro interno 20, construção radial, índice de carga 146, tendo no mínimo 16 lonas, com sulco de no mínimo 23,1mm, desenho tração misto, para caminhões	un	08	FIRESTONE/T-831	1.227,00	9.816,00
69	Pneu 700X16 liso 10 lonas; pneu diagonal para vans e utilitários, índice de carga mínimo e (1120/1150). Desenho da banda de rodagem para uso em eixo direcional	un	02	PIRELLI CT-52	302,94	605,88
70	Pneu 700X16 Bor. 10 lonas; pneu diagonal para vans e utilitários. Indica de carga mínimo e (1120/1150). Desenho da banda de rodagem para uso em eixo de tração.	un	04	PIRELLI RT-59	320,00	1.280,00
73	Pneu 205/55 R16; pneu radial com carcaça de aço para automóveis índice de carga mínimo de 91V.	un	04	BRIDGESTONE TURANZA ER-300	256,00	1.024,00
107	Pneu 225/75 diâmetro interno 15	un	04	FIRESTONE DESTINATION AT	356,00	1.424,00
TOTAL R\$						22.645,88



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

Parágrafo Único: O valor do presente contrato é de **R\$22.645,88 (vinte e dois mil seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta e oito centavos)**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PAGAMENTOS

O pagamento pela aquisição do objeto do presente contrato, será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, indicada pelo contratado. Parágrafo Primeiro: O Município efetuará o pagamento até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos produtos, objetos deste contrato, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, e atendidos os requisitos de entrega previstos no processo licitatório que deu origem a este contrato.

Parágrafo Primeiro: O número do CNPJ-Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação da licitação.

Parágrafo Segundo: As descrições dos produtos nas notas fiscais deverão estar idênticas às descrições do Edital.

Parágrafo Terceiro: O número dos lotes deve ser especificado na Nota Fiscal por quantidade de cada produto entregue.

Parágrafo Quarto: A Nota Fiscal também deve conter o número do Contrato de Fornecimento, o nome do Município consorciado receptor dos produtos e o endereço local da entrega.

Parágrafo Quinto: Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação por qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

Parágrafo Sexto: Poderão ser abatidos dos valores devidos ao contratado os valores referentes à multa anteriormente aplicada.

Parágrafo Sétimo: Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada município consorciado, correrão por conta do Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR/CONTRATADO:

Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer os produtos, objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta, bem como de acordo com o preconizado pelo Edital e pela Ata de Registro de Preços;
- b) fornecer os produtos dentro do prazo de validade exigido no edital;
- c) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos produtos, inclusive as decorrentes de devoluções.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA

a) Efetuar a entrega dos produtos no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir do envio do e-mail ao contratado contendo a autorização de fornecimento.

b) Os produtos deverão ser fornecidos de acordo com a Autorização de Fornecimento, e entregues no seguinte local indicado, durante o horário de expediente do Contratante, sendo a entrega recebida pelo(s) servidor(es) previamente indicado na Autorização de Fornecimento.

c) Caso não cumprido as exigências, o fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes neste Edital, sem nenhum ônus para o município consorciado;

d) Em caso de devolução do(s) produto(s), por estar(em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à Contratada. Devendo providenciar no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a sua substituição, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, sem nenhum ônus para o município consorciado, visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Contrato, no Edital, na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e na Lei 10.520/2002;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

- e) As despesas de devolução dos itens entregues com prazo de validade vencido correrão por conta da empresa fornecedora, podendo tal valor ser descontado dos pagamentos a serem efetuados à contratada.
- f) A entrega dos produtos deverá vir acompanhada do CERTIFICADO DO INMETRO do item ofertado, devendo estar indicado o número do item correspondente ao pneu, conforme numeração do Edital, com a família correspondente, conforme Portaria nº 05 de janeiro de 2000.
- g) Ficam dispensados da apresentação do Certificado do INMETRO os Pneus de Máquinas, Câmaras de Ar e Protetores.
- h) Os pneus ofertados deverão seguir a normatização do INMETRO, em especial no que se refere a sua identificação.
- i) Os pneus deverão estar em conformidade com a RTQ-41 (Regulamento técnico de pneus novos).
- j) A empresa vencedora deverá descarregar e armazenar os produtos em local designado pelo servidor do município consorciado, comprometendo-se inclusive, integralmente, com eventuais danos, avarias ou quebras, causados a estes. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade, depreciação em seu prazo de validade, bem como no caso de avarias, quebras, danos ou extravios ocorridos durante o transporte ou descarregamento, o mesmo deverá ser repostado, sem qualquer ônus para o Município consorciado, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da respectiva notificação.
- l) Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada município consorciado, correrão por conta das proponentes vencedoras.
- m) O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas neste edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CONTRATANTE aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

- I - advertência;
II - multas:

- a) Da Inexecução Total: a não entrega integral dos produtos solicitados implicará multa de até 20% sobre o valor total da Nota Fiscal/Fatura, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos acarretados pelo atraso e da possibilidade de rescisão contratual.
- b) Da Inexecução Parcial: a entrega parcial do produto solicitado fará com que haja incidência de multa de até 20% sobre o saldo não entregue, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos acarretados pelo atraso e da possibilidade de rescisão contratual.
- c) Do Atraso: o descumprimento do prazo de entrega dos produtos sujeitará o Fornecedor à multa de mora de 0,7% por dia de atraso, que incidirá sobre o valor total da Nota Fiscal/Fatura, observado o limite percentual de 20%.
- d) O não-cumprimento de obrigação acessória sujeitará a Fornecedor a multa de 5% (cinco por cento) do valor apurado para pagamento, a qual poderá incidir autonomamente em relação à penalidade relativa à obrigação principal. Considera-se obrigação acessória toda a ação ou omissão exigível da Fornecedor em decorrência da aplicação de dispositivo contratual, que não seja inerente ao objeto da contratação ou ao prazo de execução.
- e) As multas deverão ser recolhidas na conta bancária indicada pelo Município Consorciado, mediante comprovante de recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação, podendo o Município Consorciado, a seu critério, descontá-la, na sua totalidade, da fatura ou do saldo remanescente;
- f) A multa, no caso de reincidência, passará para a monta de 30% sobre o valor atualizado do contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade de rescisão contratual.
- III - Suspensão do direito de licitar com o CP – CISGA e com os municípios consorciados, de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

acordo com a seguinte graduação:

a) 02 (dois) anos: recusar injustificado o adjudicatário e assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento ou equivalente dentro do prazo estabelecido; deixar o adjudicatário de entregar documentação exigida no certame;

b) 01 (um) ano: pela inexecução total ou parcial injustificado do contrato;

c) 06 (seis) meses: pelo cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações e prazos;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar como a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Único. As sanções previstas nos incisos III e IV poderão também ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

I- injustificadamente retardar a execução do objeto da licitação;

II- injustificadamente, não mantiver as condições estabelecidas em sua proposta neste termo;

III- fizer declaração falsa ou entregar documentação falsa ao CP-CISGA ou qualquer de seus municípios consorciados;

IV- falhar ou fraudar na execução do presente termo;

V- tiver sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

VI- houver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos desta contratação; e

VII- demonstrar não possuir idoneidade para contratar como a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, nos casos de inexecução total ou parcial, pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

Parágrafo Primeiro – A rescisão deste contrato implicará a retenção de créditos decorrentes da contratação até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo. Ocorrendo a rescisão contratual, o Município informará o Consórcio- Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes dos produtos, objetos do presente contrato correrão a conta de dotação específica, e serão a seguinte classificação orçamentária:

0201 – Gabinete do Prefeito

02.01041220004.2.015 – Manutenção da Frota de Veículos
(0043) Material de Consumo

0501 – Secretaria de Obras e Viação

04.1220004122.2.026 – Aquisição Manutenção Frota de Máquinas e Veículos
(0089) Material de Consumo

0601 - Secretaria Municipal Saúde, Trabalho e Ação Social

10.3010039.2.045 – Aquisição Manutenção Frota de Veículos
(0145) Material de Consumo

0602 – Secretaria Municipal Saúde, Trabalho e Ação Social

10.3050039.2.056 – Manutenção Epidemiologia (União)
(1241) Material de Consumo

